

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Celorico da Beira
Rua Sacadura Cabral
6360-350 Celorico da Beira
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

8.1.2 - Legislação

A Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro estabelece o regime financeiro dos municípios.

O n.º 1 do artigo 3º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Os nº2 e 4 do artigo 3º do referido diploma determinam os poderes dos órgãos do Município.

O nº1 artigo 4º do mesmo diploma estabelece ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 25,3% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O Endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

O limite do endividamento líquido total do Município não pode exceder no final de cada exercício 125% do montante total das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa da participação no IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente em 10% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O limite dos empréstimos do município no final de cada ano não pode exceder 100%, do montante total das receitas mencionadas para o endividamento líquido total, sendo que quando este limite for ultrapassado os municípios deverão proceder à redução do endividamento em 100% a menos do que no ano anterior, até que o mesmo seja cumprido.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reporta à Assembleia Municipal.

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva

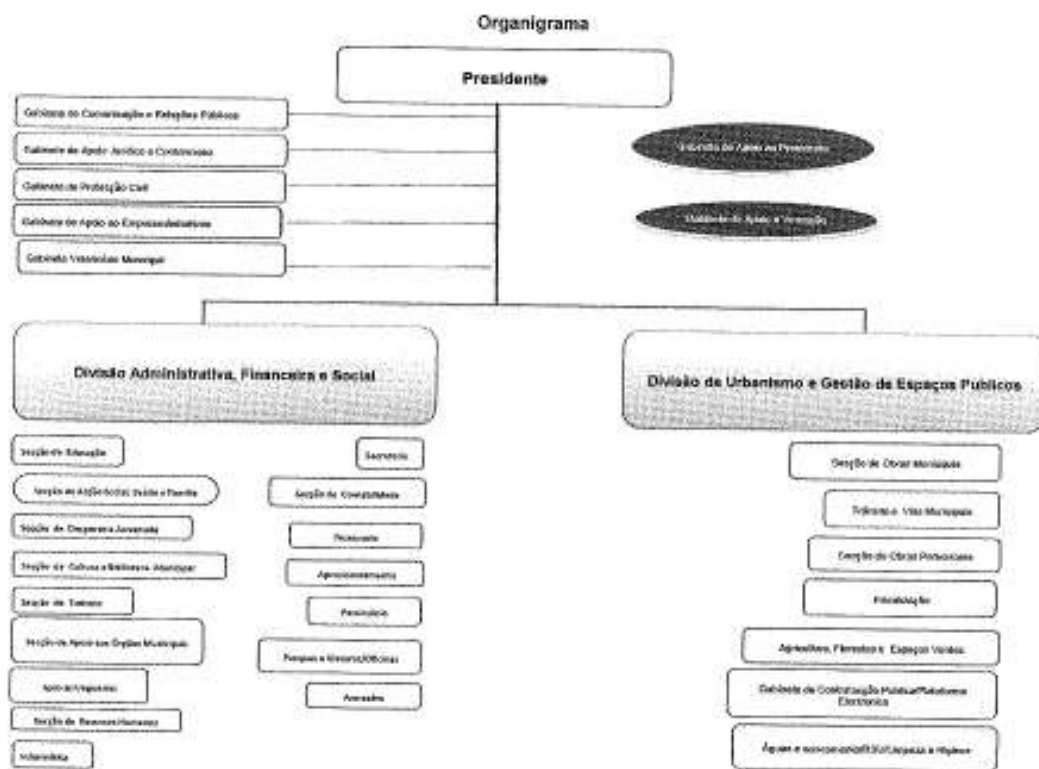
O aviso n.º 9 (2ª série) de 14 de Janeiro 2013, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Celorico da Beira, bem como os princípios que os regem e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objetivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea c), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

Município de Celorico da Beira
Prestação de Contas do Ano Financeiro de 2013



8.1.4 - Descrição sumária das atividades

O objetivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Lei n.º 159/900, de 14 de Setembro, respetivamente.

8.1.5 - Recursos humanos

Os responsáveis pela gerência em análise são:

Nome	Função	Período de Responsabilidade
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
José Luís Saúde Cabral	Vice Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
António Graça Silva	Vereador	1 de Janeiro a 10 de Outubro de 2013
Maria do Céu Neves Martins Louro	Vereadora	11 de Outubro a 31 de Dezembro de 2013
Victor Martins Santos	Vereador	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
João Manuel F. da Silva Duarte	Vereador	1 de Janeiro a 10 de Outubro de 2013

Manuel António de Almeida Portugal	Vereador	11 de Outubro a 31 de Dezembro de 2013
---------------------------------------	----------	---

8.1.6 - Organização Contabilística

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Gestão de Água (SGA), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Direta (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

8.1.7 - Outra informação relevante

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.47º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, as contas do exercício de 2012 a análise de um auditor externo.

Com a publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), houve várias alterações no modo de funcionamento do Município, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como na regularização de pagamentos em atraso. No seguimento da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a Assembleia Municipal declarou essa mesma situação nos termos da Lei

das Finanças Locais em 2012, tendo sido apresentada simultaneamente uma candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). No seguimento das penhoras efetuadas ao Município em 2011 ainda se encontrava a 31 de Dezembro por resolver o descoberto bancário no valor de 350.000€, bem como a diminuição das contas afetas a operações de tesouraria, conforme relatado nas contas dos anos anteriores. O descoberto bancário está contabilizado como um empréstimo de curto prazo e está incluído nas dívidas a sanear com o reequilíbrio financeiro. Os financiamentos de reequilíbrio financeiro e PAEL, encontram-se à data de elaboração deste anexo, a aguardar visto do Tribunal de Contas.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

Não Aplicável.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

BALANÇO

Activo

A rubrica “26829 – Comparticipações por receber” foi movimentada de acordo com o montante a receber das comparticipações dos fundos comunitários, no valor de 31.660,11€.

A rubrica “271 – Acréscimos de proveitos” regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2013. Encontram-se especializadas as receitas relativas a água, parque eólico e impostos.

As rubricas de imobilizações corpóreas, incluem uma valorização global de 3.600.335,83€ em 2013, resultado da avaliação geral realizada pela Autoridade Tributária entre 2012 e 2013, tendo esses valores sido movimentados por contrapartida do capital próprio do Município.

Passivo

À semelhança de anos anteriores o Balanço distingue os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo.

Nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, a rubrica “2614 - Fornecedores Imobilizado – Médio e longo prazo” encontram-se registadas dívidas em acordos de pagamento a regularizar em exercícios futuros.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo, a rubrica “2311 – Empréstimos de curto prazo” regista o valor do empréstimo de curto prazo.

A conta “23129 – Empréstimos M/L – Dívida Curto Prazo” reflete os empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano de 2013.

A rubrica “273 – Acréscimos de custos” regista o valor da estimativa das Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Sociais do exercício de 2013 a pagar no ano seguinte.

Fundos Próprios

A rubrica “51 - património” foi movimentada pelo valor 3.600.335,83€ relativa a valorização patrimonial dos edifícios do Município de acordo com as reavaliações realizadas pela Autoridade Tributária entre 2012 e 2013.

A rubrica “55 – Ajustamento de partes de capital em empresas” foi movimentada em 23.164,15€ de acordo com o ajuste do valor do capital próprio da empresa Municipal detida a 100% pelo Município, por contrapartida da conta de provisões para partes de capital.

A rubrica “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Nada a referir.

PROVEITOS E GANHOS

Na conta 75 – “Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração direta da Câmara Municipal.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2013. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

Investimentos Financeiros

Estão registados ao valor de aquisição, mas no entanto foi reforçada uma provisão tendo em conta os resultados da EMCEL verificados em 2012, o que influenciou o valor do capital próprio em 2013.

Imobilizações corpóreas

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

Nada a referir.

8.2.5 - Resultado Líquido

Em conformidade com as disposições estabelecidas no POCAL – 2.7.3 – Resultado Líquido do Exercício – concretamente no que se refere ao ponto 2.7.3.2 – O Resultado Líquido do Exercício deverá em 2013 ser transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A conta “431 – Despesas de Instalação” regista valores relativos a projetos para a realização de obras.

8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Imobilizado Bruto

(Ver mapa em anexo)

Amortizações

(Ver mapa anexo)

8.2.8 - Cadastro do Imobilizado

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não Aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não Aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não Aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Não Aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável.

Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Nº Invent.	Descrição	Conta POCAL	V. Aquisição / V. Bruto	Amortizações Acumuladas	V. Líquido do Exercício
15926	Minibus Mercedes Benz – 21-IG-59	424	60.554,76 €	32.992,14 €	36.813,74 €

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

A relação dos eventuais bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património da autarquia.

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

8.2.16 - Designação das entidades participadas

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano
Empresa Municipal Celoricense, EM	Celorico da Beira	100%	1.847.452,69 €	3.970,18 €	2013

8.2.17 - "Títulos negociáveis"

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"

Não Aplicável.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não Aplicável.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não Aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2012 ascende 23.669,61 €, relativa a Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Nada a referir.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Existe uma dívida à ADSE no montante de 734.901,81 €.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa das contas de ordem anexo)

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Contas		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-		-	-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	19.616,88	4.169,59	-	23.786,47
292	Provisões para Riscos e Encargos	265.776,66	39.934,02	-	305.710,68
39	Provisões para Depreciação de Existências	-	-	-	-
49	Provisões para Investimentos Financeiros	1.438.358,53	23.164,15	-	1.461.522,68

Foi efetuado um reforço nas provisões para riscos e encargos tendo em conta o montante dos processos judiciais em curso que não estavam relevados contabilisticamente, bem como se fez um acerto nas provisões para cobranças duvidosas. Relativamente aos investimentos financeiros foi efetuada um reforço da provisão tendo em conta o capital próprio de 2013 da EMCEL.

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património	12.706.625,37	3.600.335,83		16.306.961,20
Ajustamento de partes de capital em empresas			23.164,15	-23.164,15
Reservas Legais	5.645,16			5.645,16
Subsídios	494.407,11			494.407,11
Res. Transitados	-4.913.571,24	291.850,92		-4.621.720,32
Total	8.293.106,40	3.892.186,75	23.164,15	12.162.129,00

Durante o ano 2013 registou-se um aumento na conta “51 – Património” relacionada com a reavaliação do património do Município na reavaliação geral realizada pela Autoridade Tributária. Na conta “59 – Resultados Transitados” houve uma redução relativa ao valor da transferência de resultados do exercício anterior. A conta relativa ao aos ajustamentos de partes

de capital em empresas, foi movimentada tendo em conta o valor dos capitais próprios da EMCEL no final de 2013.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver mapa anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver mapa anexo)

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver mapa anexo)